

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Campus de Ourinhos

Hercules Alves Sodré

**A organização em Rede e a comercialização de Cooperativas/Associações de Catadoras e  
Catadores de Materiais Recicláveis**

Ourinhos-SP

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Campus de Ourinhos

Hercules Alves Sodré

**A organização em Rede e a comercialização de Cooperativas/Associações de Catadoras e  
Catadores de Materiais Recicláveis: A Rede CATARECICLA**

Trabalho de Conclusão de Curso, para a obtenção do título de  
Bacharel em Geografia pela UNESP – Campus de Ourinhos.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Ourinhos-SP

2016

## **Dedicatória**

*Dedico este trabalho de conclusão de curso a meu pai Germinio Ferreira Sodré, minha mãe Marilda Alves Sodré e minha irmã Danila Alves Sodré. Pois sem a consistência da família durante essa pequena jornada de cinco anos, não conseguiria ter mantido o ânimo.*

*Dedico também à classe trabalhadora das catadoras e catadores de materiais recicláveis, pessoas de cunho humilde e simples, porém, resistentes e persistentes na questão de luta para melhoramento de vida e de suas condições de trabalho, que são muito oprimidas sendo essas pessoas dignas de respeito principalmente pelo trabalho que exercem, de muita responsabilidade social e ambiental. Pessoas que me fizeram enxergar o mundo diferente do que muitos nos escondem, de que dentro do vulgo “lixo”, existe riqueza, existe vontade e necessidade de viver, existe esperança para um mundo com pessoas diferentes e que pensam mais no próximo. Valorizemos as catadoras e catadores de todo o mundo!*

*E à ciência da Geografia, por me proporcionar uma gama visão sobre o espaço e seus transeuntes articulados e emaranhados na superfície do planeta Terra.*

*Hercules Alves Sodré*

## **Agradecimentos:**

Diante desta fase terminal da graduação e desses cinco anos ou mais na UNESP-OURINHOS, fica evidente a importância do *agradecimento* em prol dessa vivência e experiência acadêmica que eu, enquanto aluno do curso de Geografia adquiri ao longo do tempo. Serão vários agradecimentos, pois sozinho ou sozinha não chegamos a lugar nenhum nesse mundo.

Agradeço primeiramente aos meus pais e minha irmã (Germinio, Marilda e Danila), pois, sem a ajuda, amor, carinho e financeiro, eu não teria conseguido chegar aonde cheguei, sem contar pela paciência que tiveram com seu filho que não teve uma boa experiência nos anos da escola e que jamais imaginou entrar em uma universidade pública na sua vida. Pelas palavras de apoio feitas por ele e ela, quando já não aguentava mais a pressão da cobrança das atividades da graduação, e que me fizeram respirar fundo e retomar minha força de vontade me norteando para caminhar sobre a ciência geográfica.

Não posso esquecer-me dos amigos e amigas que contribuíram e muito não só nas questões acadêmicas -exercícios, trabalhos de campo, leituras- como também na hora de aprender a cozinhar, dividir o lanche quando o amiguinho estava passando perrengue, nas horas de descontração fora sala de aula, nas idas e vindas na interminável avenida Vitalino Marcusso que faz o acesso à faculdade. À galera que representou no movimento de greve 2013, período esse que me ajudou muito a aprender sobre questões de luta e mobilização, tanto na organização como na vivência em coletivo.

Agradeço também ao projeto de extensão maravilhoso da Incubadora de Cooperativas Populares – Incop, UNESP-Ourinhos, e aos colegas do projeto que, além da experiência vivida que me deu junto à classe trabalhadora das catadoras e catadores de materiais recicláveis, me deu um olhar de vida totalmente diferente de quando eu entrei na UNESP-Ourinhos, bem como o auxílio de bolsa requisitado pela PROEX, que recebi desse projeto durante vários anos da minha vivência na cidade de Ourinhos, pois, só através desse auxílio que eu consegui me reproduzir – com dificuldade- no município para poder dar continuidade aos meus estudos na Geografia.

Aos amigos e amigas de morada, que souberam dividir o pão para que todos pudessem comer e beber. A galera que me inseriu no universo da música e me fizeram se apaixonar mais ainda por esse espaço-tempo sonoro magnífico, e que foi muito importante durante a

graduação, pois foi onde eu encontrei o norte e libertação do labirinto dos estudos densos do curso de Geografia.

Por fim, gostaria de agradecer a pessoa que me orientou neste trabalho de conclusão de curso, o professor e doutor Marcelo Dornelis Carvalho, pelas indicações bibliográficas e fontes de pesquisa para o tema escolhido e pela ajuda no modo geral para a execução do trabalho. E não poderia esquecer o meu agradecimento à banca que aceitou o convite para avaliar o meu trabalho e apresentação do mesmo, especificamente as professoras e doutoras Luciene C. Risco e Terezinha B. Carvalho.

Obrigado a todos e a todas, esse trabalho tem uma célula de cada um/a de vocês!

**Banca examinadora**

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

---

Profa. Dra. Terezinha Brumatti Carvalho

---

Profa. Dra. Luciene Cristina Risso

---

Ourinhos, Maio de 2016.

**Resumo**

A forma como as (os) catadoras (es) de materiais recicláveis vem se organizando atualmente, faz com que essa classe trabalhadora obtenha uma melhoria de produção e renda para essas pessoas que estão à margem da vulnerabilidade social, trabalhando em rede unindo forças entre as (os) mesmas (os). Cabe a esse estudo, analisar sobre esse fenômeno social, seu processo de consolidação e melhoramento de vida dessas pessoas, pegando como recorte espacial a rede CATARECICLA.

**Palavras Chave: Catadoras, Catadores, Rede, Comercialização, Cooperativa, Associação, Cadeia Produtiva de Reciclagem.**

**Abstract**

The way (the) waste pickers (s) of recyclable materials has been organized today, makes this working class get an improvement in production and income for those people who are on the margins of social vulnerability by networking joining forces between (the) same (the). It's up to that study, analyze about this social phenomenon, the process of consolidation and improvement of their lives, taking as spatial area to CATARECICLA network.

**Keywords: Collectors, Collectors, Network, Marketing, Cooperative Association, Supply Chain Recycling.**

## Sumário

Introdução .....	5
Objetivos:.....	7
Objetivo Geral .....	7
Objetivo Específico .....	7
Procedimentos Metodológicos: .....	8
Capítulo I – Muito além do “lixo” .....	9
Capítulo II - Caracterizando as cooperativas e associações na região de Ourinhos-SP que fazem parte da Rede Solidária de Comercialização – CATARECICLA: .....	23
Capítulo III - A importância do papel das (os) catadoras (es) na cadeia produtiva da reciclagem e o suporte jurídico das leis:.....	29
Capítulo IV - O conceito de <i>Rede</i> :.....	37
Conclusão .....	40
Referências Bibliográficas.....	42



### **Lista de tabela**

Tabela 01: Forma de Organização de EES

### **Lista de figuras**

Figura 1: Negras e Negros entre os (as) Catadores (as)

Figura 2: Quantidade de RSU coletado no Brasil em 2014

Figura 3: Destinação de resíduos sólidos urbanos no Brasil do ano 2013-2014

Figura 4: Panfleto do I Congresso Latino-Americano de Catadores

Figura 5: Mapa da abrangência da coleta seletiva do município de Ourinhos - SP

Figura 6: Distribuição de catadores por microrregião

Figura 7: Mapa de territorialização da rede CATARECICLA

Figura 8: Dinâmica da cadeia produtiva da reciclagem

Figura 9: Carreta e caminhão carregados de PET da rede Coopercop do oeste paulista com destino a rede CATA-VIDA do Paraná

## Introdução

Em meados da década de 1990, período de recessão da economia mundial e conjuntura política frágil, o Brasil por ser um dos países subdesenvolvidos espoliados por países de economia central -E.U.A por exemplo-, foi prejudicado pela crise financeira em diversos fatores; sociais, ambientais, econômicos e políticos de acordo com as políticas de decisão tomadas para amenizar as fragilidades imposta pela crise da época. Devido às complicações oriundas da crise, a gestão da presidência da república na época optou por adotar políticas de mediações neoliberais de acordo com as tendências de implementação de globalização do sistema-mundo, que fragilizaram ainda mais a situação econômica do país, como processos de terceirização de estatais, aumento de juros, aumento exorbitante da inflação, da pobreza, e consequentemente desencadeando no aumento gritante do desemprego, jogando as traças a população pobre de baixa renda e inflacionando ainda mais a economia. Uma parcela dessa população, sem condições de sobreviver desempregados, tiveram de buscar um meio alternativo das que o mercado de trabalho exigia e obrigava, tiveram de enfrentar um lugar onde a maioria da população não pensa em trabalhar, buscaram uma saída encontrada no vulgo “lixão”, locais onde é depositado o que foi utilizado pós-consumo, ou seja, o que foi descartado pelo resto da sociedade. Por se tratar do “lixo” -algo descartado, que já foi usado- as pessoas que descobriram nesse local uma forma de sobreviver na sociedade capitalista, sofreram e continuam sofrendo preconceitos por sua atividade de catação de materiais recicláveis, como se a responsabilidade do resíduo gerado pela sociedade, fosse unicamente das catadoras e catadores de recicláveis e não da sociedade como um todo. Essa visão da população vem se transformando com o passar dos anos e com a atenção que vem tomando as instituições brasileiras e internacionais em relação aos resíduos sólidos no planeta.

O Presente trabalho visa refletir de forma ampla e clara a temática das catadoras e catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos urbanos, com auxílio da metodologia participativa proposta pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) – de catadora (o) para catadora (o)-, bem como, as leis promulgadas de suporte à gestão de resíduos sólidos, pegando como eixo o ponto eminente que as cooperativas e associações de catadoras (es) que vem se articulando e fortalecendo, às chamadas; *redes solidárias de comercialização*, fenômeno esse recente no Brasil. Porém, o

respaldo positivo é grande, pelo fato de obter um emponderamento das cooperativas e associações em relação à venda dos materiais coletados e acumulados, direto com as indústrias recicladoras, encurtando um caminho que antigamente passava por vários atravessadores e que dificultava ainda mais a ascensão da renda das catadoras e catadores de materiais recicláveis, fazendo assim a logística-reversa funcionar de uma forma menos exploratória para a classe trabalhadora das catadoras e catadores.

## **Objetivos:**

### **Objetivo Geral**

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre o fortalecimento das redes de comercialização de cooperativas/associações de catadoras (es) de materiais recicláveis, que vem sendo implementada na microrregião de Ourinhos através do projeto CATAFORTE III do governo federal, cuja intenção é estruturar e fortalecer redes solidárias formadas por cooperativas e associações de catadoras(es) de materiais recicláveis, seus benefícios, suas problemáticas e da consolidação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS).

### **Objetivo Específico**

- Analisar o histórico sobre a organização em rede dos catadores e catadoras de materiais recicláveis
- Caracterizar e contextualizar o termo Rede.
- Analisar sobre o processo de consolidação da rede de catadoras (es) de materiais recicláveis na microrregião da cidade de Ourinhos – SP.
- A PNRS e suas limitações no âmbito da comercialização em rede para as cooperativas/associações.

## **Procedimentos Metodológicos:**

- Metodologia participativa Incop/Recicla Ourinhos; seguindo a proposta feita pelo MNCR de catador (a) para catador (a)
- Revisão Bibliográfica
- Diagnósticos dos grupos através do projeto CATAFORTE III.

## Capítulo I – Muito além do “lixo”

Segundo o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-2013) os primeiros registros de catadores e catadoras datam do século XIX. Abaixo segue a citação síntese do Relatório de Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável do IPEA elaborado no ano de 2013, que insere a discussão a questão da consolidação da reciclagem em aspectos produtivos, pelo fato do aumento da população, grandes centros urbanos e conseqüentemente do consumismo capitalista, que exauri agressivamente matérias-primas de recursos naturais;

A viabilidade econômica da exploração desse setor veio principalmente do aumento considerável do nível de consumo nos centros urbanos nos últimos anos, o que acarretou, por um lado, o aumento de materiais a serem descartados na mesma proporção e, por outro, o encarecimento gradativo de matérias-primas para a produção dos produtos de consumo em geral, cada vez mais demandados na sociedade. Com isso, novas tecnologias foram desenvolvidas para possibilitar a transformação de resíduos em matérias-primas que retornam para o processo produtivo. (IPEA, 2013, p.10)

Porém, desde os primeiros registros e até os dias atuais, a catação de recicláveis vem sendo praticada ainda em graus elevados de vulnerabilidade, insalubridade e marginalização social, além do mais, por ser praticado -questão de sobrevivência- por pessoas de condição socioeconômica baixa, na maioria delas negra, 66% no Brasil - como mostra a figura 1-, mulheres e que vivem e/ou viveram à deriva periférica do sistema capitalista.

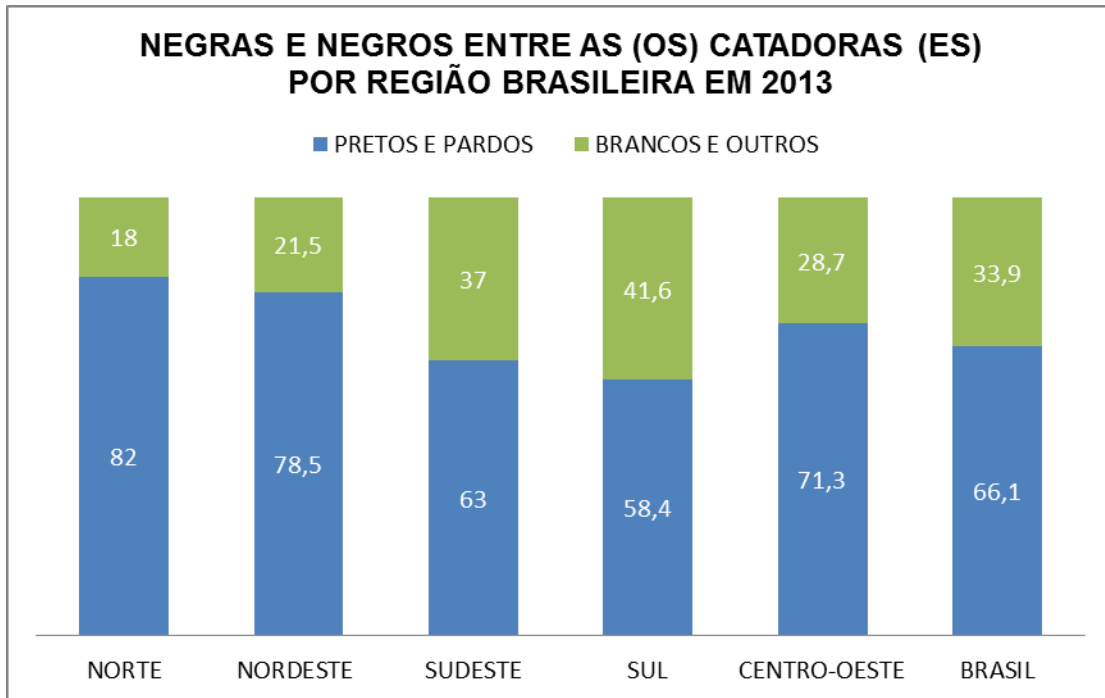


Figura 1: Negras e Negros entre os (as) Catadores (as)

Fonte: IPEA, 2013 (reeditado pelo autor)

Entretanto, as catadoras e os catadores de materiais recicláveis exercem uma função de utilidade pública extremamente importante para a saúde do processo de reprodução social. São responsáveis por aproximadamente 90% do funcionamento da cadeia produtiva da reciclagem, segundo o relatório da Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2013).

Partindo da perspectiva histórica política em que as catadoras e catadores ganham visibilidade político-econômica de ascensão, numa década onde os governos populares fazem um mandato duradouro na América Latina a exemplo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que procurou dar visibilidade em programas sociais para a parcela pobre da população brasileira.

Quanto aos catadores a ascensão e visibilidade têm destaque com o reconhecimento na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ainda em 2002, assim como os incentivos através de editais do governo federal (a partir principalmente do governo Lula/2003) em parceria público-privado e também de instituições filantrópicas. Segundo o Relatório de Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (IPEA, 2013, p. 22);

A primeira cooperativa formada por catadores que se tem registro no Brasil é a Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), fundada em 1989 no município de São Paulo. A Coopamare também é reconhecida como a primeira cooperativa a integrar um programa de gestão compartilhada dos resíduos sólidos, instituído pela prefeitura municipal da capital paulista no início dos anos 1990.

De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que mapeou e divulgou informações de mais de 33 mil empreendimentos econômicos solidários (EES), durante os anos de 2010 a 2012, sessenta por cento (60%) desses EES são formalizados enquanto associações, 8,8% cooperativas e 0,6% de diversas formas de sociedade mercantil, sendo que os 30,5% restante consideram-se como grupos informais, segue a tabela abaixo.

<b>Forma de Organização</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade Mercantil	127	0,6
<b>Total</b>	<b>19,708</b>	<b>100</b>

Tabela 01: Forma de Organização de EES

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária/SENAES (reeditado pelo autor)

Dentre os 68,8% de associações e cooperativas (60% e 8,8% respectivamente), de 2012 até os dias atuais, a maioria é prestadora de serviços de limpeza urbana, que trabalham com resíduos sólidos (RS) e resíduos sólidos urbanos (RSU), impulsionados pela promulgação da Lei nº 12.305/10 de Política Nacional de Resíduos Sólidos, em que um de seus principais objetivos era eliminar a atividade de “lixões” ou aterros nos 5.570 municípios brasileiros, até o ano de 2014, ação essa que não obteve sucesso imediato até então, por entraves burocráticos entre as esferas públicas (federal, estadual e municipal) deixando bem claro a não priorização por parte dos entes públicos, além do difícil acesso ao capital de incentivo pelas organizações financeiras, bem como a falta de pressão e interesse por parte da



sociedade como um todo. Porém, essa lei teve como impulso incentivar a prática da coleta seletiva como eixo principal, voltado para o pagamento pelo serviço prestado, preferencialmente por cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis, junto das prefeituras municipais, o que não significa que só as associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis que vão consolidar o serviço de limpeza urbana, por não ser uma exigência e sim uma preferência, a gestão municipal pode por serviços de empresas privadas de transbordo ou de incineração, alimentando ainda mais a classe de pessoas mais ricas e contribuindo ainda mais para a desigualdade socioeconômica do país. Segundo a ABRELPE, (2014), a quantidade de resíduos sólidos urbanos coletados em 2014 cresceu em todas as regiões do país, em comparação aos dados de 2013. A região que apresentara maior abrangência do serviço de coleta de RSU do país, no ano de 2014, era a região sudeste (52,5%), conforme mostra a figura 2.

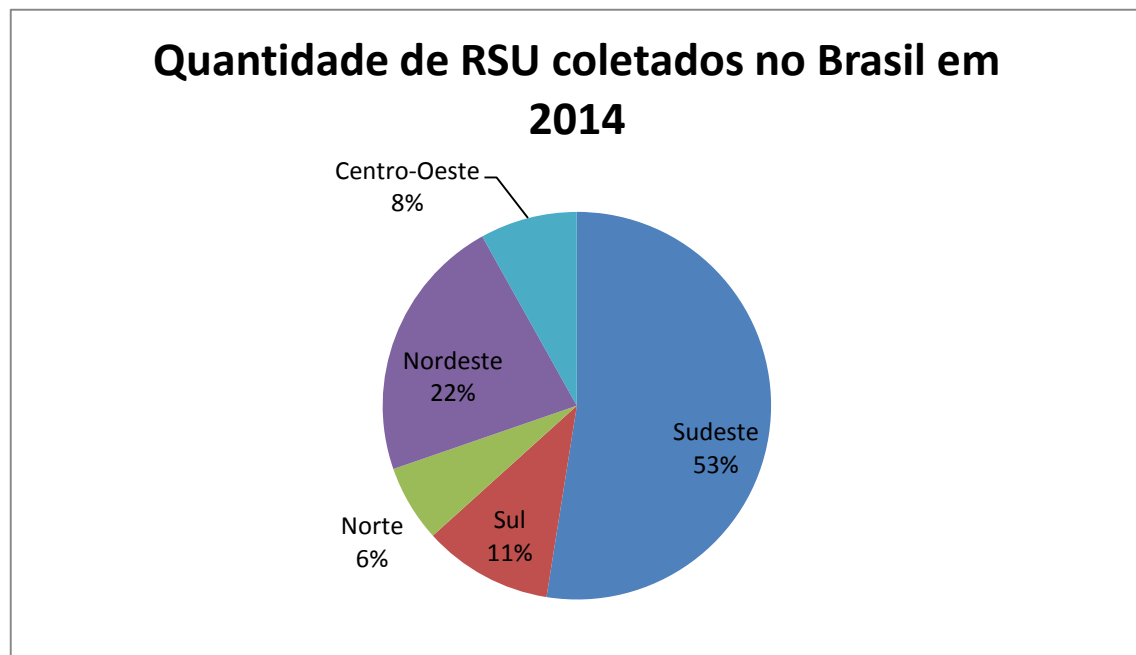


Figura 2: Quantidade de RSU coletados no Brasil em 2014

Fonte: ABRELPE, 2014 (reeditado pelo autor)

Porém, os dados da pesquisa fornecidos pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), mostram o estudo em relação à coleta geral, cuja destinação e a forma de trabalho, podem ser objetivadas de maneira não solidária (convencional utilizando caminhão que compactua todo o tipo de RS), e/ou não exclusivamente realizada por cooperativas e/ou associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis (empresas privadas que fazem a terceirização da coleta seletiva municipal), ficando um tanto nebulosa a pesquisa em relação à exatidão das informações. Mas cabe ao presente estudo e levantamento de informações, trazer em discussão a temática da catação dos materiais recicláveis e os resíduos sólidos urbanos.

O gráfico da figura 3 mostra no ano de 2014, a destinação da coleta de RSU no país, deixando clara a redução da destinação nos lixões a céu aberto, entretanto, os resíduos sólidos urbanos, não devem ser depositados em aterros controlados ou sanitários, devido à contaminação e poluição do solo, dos aquíferos e vegetação, tornando-se obviamente, a coleta seletiva solidária, que é feita por cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis, a forma mais viável e correta de coleta por ser totalmente sustentável em âmbito ambiental, e, além disso, gera inúmeros empregos, melhorando as condições de vida dessas pessoas de situação socioeconômica precária.

### Destinação de RSU no Brasil de 2013 a 2014



Figura 3: Destinação de resíduos sólidos urbanos no Brasil

Fonte: ABRELPE, 2014

Para que aja efetivamente a redução de resíduos sólidos recicláveis descartados em lugares inapropriados, é necessário que a população residente tenha consciência ambiental mínima, para apoiar e participar da separação do material reciclável na sua residência, escola e cidade. A cultura de educação ambiental no Brasil ainda é pouco difundida entre a sociedade, porém, já foi pior. Antes da década de 1990, os resíduos sólidos eram tratados como lixo, com o passar dos anos, a consciência ambiental da sociedade foi passando por processos de amadurecimento, através de conferências, debates e reflexões, bem como em decorrência também, dos problemas relacionados ao consumo excessivo e o descarte descontrolado dos produtos fabricados pelo mercado. Com o passar dos anos os problemas ambientais foram literalmente avolumando e de maneira urgente as instituições governamentais e não governamentais juntos da sociedade tiveram de mudar seus hábitos, mas isso não quer dizer que 100% da população obtivemos essa consciência ambiental e social em relação à temática da gestão de resíduos sólidos. Diante disso, as instituições tiveram de repensar o conceito “lixo” e utilizar a forma adequada de conceituação “resíduos sólidos”, cujo, abaixo veremos como é classificado atualmente:

Segundo a ABNT NBR 10004 2004 p.1, resíduos sólidos são:

Resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

Para ABRELPE, 2014, p.38:

Os resíduos sólidos urbanos (RSU), nos termos da Lei Federal nº 12.305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, englobam os resíduos domiciliares, isto é, aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas e os resíduos de limpeza urbana, quais sejam, os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, bem como de outros serviços de limpeza urbana.

Em meados da década de 1990, período de recessão da economia mundial e conjuntura política frágil, o Brasil por ser um dos países subdesenvolvidos espoliados por países de economia central - E.U.A por exemplo-, foi prejudicado pela crise financeira em diversos fatores; sociais, ambientais, econômicos e políticos de acordo com as políticas de decisão tomadas para amenizar as fragilidades imposta pela crise da época. Devido às complicações oriundas da crise, a gestão da presidência da república – gestão Fernando Henrique Cardoso 1995/2003- na época optou por adotar políticas de mediações neoliberais de acordo com as tendências de implementação de globalização do sistema-mundo, que fragilizaram ainda mais a situação econômica do país, com processo de terceirização de estatais, e desencadeando no aumento gritante do desemprego, deixando a mercê à população pobre de baixa renda e inflacionando ainda mais a economia. Uma parcela dessa população, sem condições de sobreviver desempregados, tiveram de buscar um meio alternativo das que o mercado de trabalho exigia e obrigava, buscaram uma saída encontrada no vulgo “lixão”, locais onde é depositado o que foi utilizado pós-consumo, tendo necessariamente de levar a família toda para trabalhar inclusive as crianças. Nesta ocasião de pobreza, a necessidade de trabalhar para sobreviver é tamanha que a maior parte de crianças e adolescentes teve de desistir de seus sonhos de estudos e passar a compor o quadro de mão-de-obra infantil, ilegal e exploratória,

sem opção para esses jovens, pois tinham que complementar a renda da família, alimentando assim um ciclo vicioso destinado à precariedade do trabalho infantil. Abaixo segue um fragmento relatando um pouco da trajetória das catadoras e catadores organizados em família, no início de sua atividade nos lixões:

Os catadores de materiais recicláveis realizam a coleta de materiais há décadas nos chamados lixões, nos aterros e nas áreas urbanas, na maioria dos casos iniciam a atividade de maneira individual ou familiar. A atividade, quando realizada nos lixões e aterros, consiste na coleta de materiais passíveis de reciclagem encontrados junto aos resíduos sólidos provenientes da coleta comum e despejados na área de disposição, após a coleta, ou mesmo durante esta, ocorre a triagem dos materiais para posterior comercialização que costuma ocorrer no próprio local. Já, nos casos em que a coleta de materiais é realizada nas ruas, os catadores buscam principalmente nos centros comerciais, materiais passíveis de reciclagem, coletam, realizam a triagem dos materiais e os comercializam. (MOREIRA, 2012, p. 22).

Por se tratar do “lixo” -algo descartado, que já foi usado- as pessoas que descobriram nesse local uma forma de resistir e sobreviver na sociedade capitalista sofreu e continua sofrendo preconceitos por sua atividade de catação de materiais recicláveis, como se a responsabilidade do resíduo gerado pela sociedade, fosse unicamente das catadoras e catadores de recicláveis e não da sociedade como um todo. Onde sujeitos consomem, usufruem o bem adquirido financeiramente, descartam para outras pessoas em situação de precariedade e vulnerabilidade socioeconômica, acumular como forma de sustento para renda de sua família.

Pois bem, com o passar dos anos, a sociedade vem amadurecendo e mudando suas ações e visões quando o assunto trata sobre a relação entre o homem e o meio ambiente, 30 anos após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, aconteceu a primeira conferência mundial sobre Homem e o Meio Ambiente, onde a sociedade global deu início as discussões sobre o tema, que até então sempre obteve pouca atenção do mundo e de suas esferas político-econômicas. Posteriormente ocorreu a ECO-92 no Rio de Janeiro, a Rio+10 em Joanesburgo na África do Sul e a última realizada foi novamente no Rio de Janeiro, a Rio+20 que ocorreu do dia 13 ao dia 22 de junho do ano de 2012, com o propósito de discutir e definir os rumos do desenvolvimento sustentável nas próximas décadas em temas como economia verde, segurança alimentar, uso de energia, acesso à água e resíduos sólidos.

Durante essas conferências que, a classe trabalhadora dos catadores e catadoras de materiais recicláveis teve ainda mais visibilidade, pelo fato de exercerem uma ação totalmente

responsável em reduzir a poluição do meio ambiente, bem como melhorar as condições de trabalho, renda e conseqüentemente as condições de vida dos mesmos, sendo a prática da catação de recicláveis um tipo de trabalho importante como tantos outros. Na passagem da década de 1990, para a década de 2000, consolida-se uma articulação e unificação significativa e muito importante entre essas catadoras e catadores do setor da reciclagem, denominado de Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), segue o relato<sup>1</sup>:

O Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Antes mesmo do Congresso os catadores impulsionavam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. A articulação de diversas lutas por um mesmo objetivo torna possível a organização de movimento nacionalmente.

Como mostra a citação acima, a importância da classe trabalhadora das catadoras e catadores se articularem enquanto um movimento social e um segmento do setor da reciclagem -enquanto um grupo social que sofrem as mesmas desatenções por parte dos poderes públicos, empresas e população- trouxe maior visibilidade na luta incessante dos (as) catadores (as) a serem reconhecidos devidamente, valorizando o trabalho dos mesmos, além de, reduzir o despejo incorreto de resíduos em lugares inadequados contaminando o solo e aquíferos, sendo também um risco de saúde pública vigente para todos e todas das atuais e novas gerações da sociedade. Além de exercerem um trabalho digno de responsabilidade socioambiental, as catadoras e catadores prestam o serviço da coleta seletiva sem receber da prefeitura do município pelo serviço prestado, além de que a coleta seletiva solidária permite uma redução no uso dos aterros sanitários, pois evidentemente um menor volume de resíduos sólidos é depositado nestes aterros. Vale ressaltar, que o trabalho da coleta seletiva é de responsabilidade social, ao âmbito da gestão municipal de cada cidade, bem como de cada estado da federação, assim como, a partir de 2010 precede a Lei Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/sua-historia>>

Diante dessa realidade, é interessante evidenciar a postura e consciência do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis enquanto movimento social, que compõe perspectivas de melhorias para o futuro, tanto da classe trabalhadora dos catadores e catadoras, quanto da preservação dos recursos naturais vigentes em nosso planeta. No próprio site do MNCR tem uma '**Declaração de Princípios e Objetivos do MNCR**', cujo objetivo consiste em princípios básicos de conduta, horizontalidade e mutualismo nas ações coletivas para as catadoras e catadores do movimento social. Segundo o site do MNCR<sup>2</sup> no artigo 3º expõe claramente um dos objetivos essenciais para a classe trabalhadora de catadoras e catadores;

ARTIGO 3º – O MNCR busca garantir a 'independência de classe' em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com a participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com os catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem.

Vale ressaltar aqui, o porquê do destaque em azul na citação utilizada, nas palavras 'independência de classe', que foi reproduzido conforme o texto original do documento do próprio MNCR, assim segue;

“A independência de Classe” é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam; Significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos; Não significa ignorar as diferenças, sabemos que elas existem e são saldáveis, porém estas, não podem ficar acima do movimento a

---

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos>>

ponto de dividido. O acordo com este princípio é o que pode contribuir para que não soframos manipulações futuras;

Conforme a ressalva nos mostra, fica bem claro a postura ideológica e ética do movimento social MNCR em relação aos objetivos propostos coletivamente para as catadoras e catadores de resíduos, bem como sua ideologia de democracia direta e não representativa, e o entendimento de que a sociedade é estruturada por classes sociais, -existindo a classe dominante burguesa que detém dos meios de produção, da infraestrutura para acumular o capital e a classe dominada referida aos trabalhadores e trabalhadoras que componham o trabalho alienado da linha de produção- de acordo com a arquitetura exploratória do sistema capitalista. De fato o catador e catadora de materiais recicláveis, além de exercer um serviço digno de respeito e responsabilidade socioambiental, também embate a contracultura do trabalho alienado, pela forma de organização e dinâmica de rodízio de função, caso a(o) cooperada(o) queira trocar temporariamente de função de trabalho, deixando de exercer no setor da triagem no galpão e passando a fazer parte da coleta porta-a-porta nas ruas.

Além da forma organizacional, ideologia do MNCR, uma das molas propulsora e fértil em aspectos produtivos de avanço para as catadoras e catadores, são os eventos (congressos, seminários, encontros regionais, estaduais, federais), onde formulam espaços importantíssimos para a troca de saberes, experiências, vivências relacionadas à vida e trajetória de cada base orgânica de catadoras e catadores de materiais recicláveis sejam a âmbito regional, estadual, nacional e até internacional enriquecendo ainda mais a identidade dessas pessoas enquanto catadores e catadoras de recicláveis. Diante disso, no ano de 2003, aconteceu um evento importantíssimo para a população catadora de materiais recicláveis, ocorreu o **I Congresso Latino-Americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis**, na cidade de Caxias do Sul no estado de Rio Grande do Sul, onde exerceu uma função incentivadora para esses (as) trabalhadores (as) criar no mesmo ano o Comitê Oeste Paulista de Catadores.



Em junho do mesmo ano, realizamos – catadores, membros da Assessoria e apoiadores de outros grupos da região – o I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste Paulista, que culminou com a constituição do Comitê Regional. Essa importante realização, além de formalizar a relação dos grupos de catadores da região com o Movimento, deu visibilidade à organização da categoria e às suas reivindicações. Entre as primeiras iniciativas, a Secretaria de Articulação enviou aos Prefeitos da região do Comitê, uma carta apresentando-se e solicitando apoio à organização dos catadores (ANEXO C). Os catadores organizados começavam seus primeiros exercícios políticos anunciavam e marcavam a sua presença. (CARVALHO, 2008, p. 265)

A figura 4 mostra o panfleto<sup>3</sup> de divulgação do evento, cujo foi um marco histórico para os catadores e catadoras de materiais recicláveis formalizando a rede latino-americanas de recicladores, ilustrando e manifestando neste trabalho em forma de simbologia, emponderamento político, organização, articulação e mudança que este setor da sociedade atual vem reivindicando e marcando presença através de muito suor para um futuro melhor a seus familiares, sua classe, sociedade e o planeta como um todo.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/01/45666.shtml>>

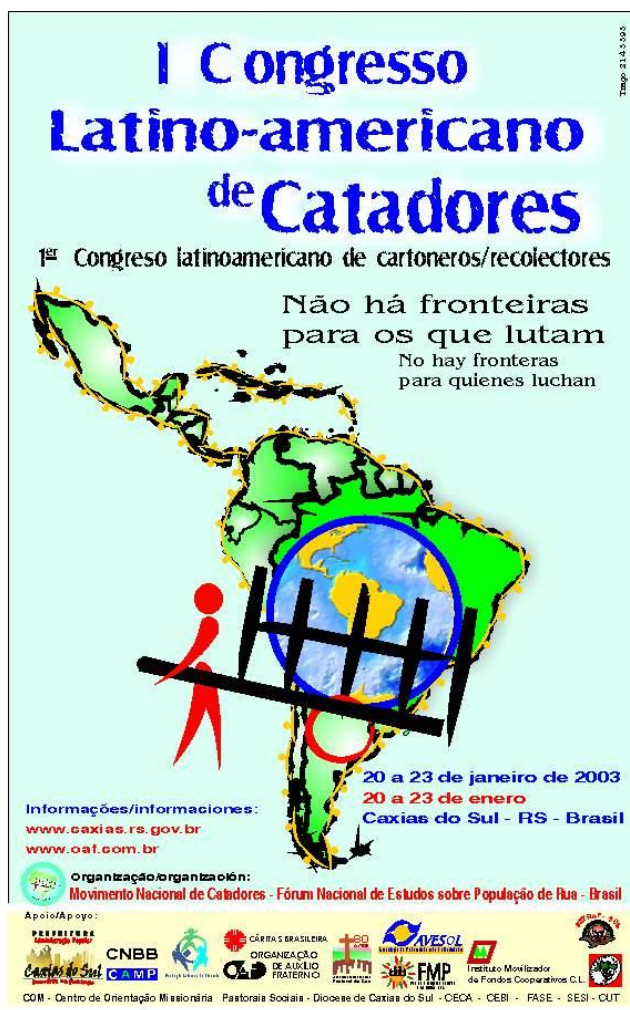


Figura 4: Panfleto do I Congresso Latino-Americano de Catadores

Fonte: [mediaindependente.org](http://mediaindependente.org)

Uma das instâncias importantes para a organização e representação da classe trabalhadora das catadoras e catadores de materiais recicláveis é o **Comitê Regional dos Catadores do Oeste Paulista**, que é uma das instâncias de organização do MNCR no oeste do estado de São Paulo, cuja função é articular e agilizar a informação e organização entre as catadoras e catadores a nível microrregional, regional, estadual e federal. De acordo com o MNCR (2005):

O MNCR tem como prática a democracia direta, na qual os espaços deliberativos do movimento são nas bases orgânicas e nos comitês regionais. Dessa forma a decisão vem e volta possibilitando a participação direta de todos os catadores. Cada Comitê indica dois representantes para a sua comissão estadual, que por sua vez indica dois delegados para a comissão nacional. Para a execução de tarefas em nível nacional criou-se a equipe de articulação nacional que tem como tarefa agilizar a execução de tarefas e criar um laço nacional. A equipe é composta por 5 catadores das regiões Sul, Sudeste, Centro – Oeste e Norte – Nordeste. Para fazer parte de qualquer instância o catador tem que estar ligado a uma base orgânica do movimento e a um comitê regional. (MNCR, 2005).

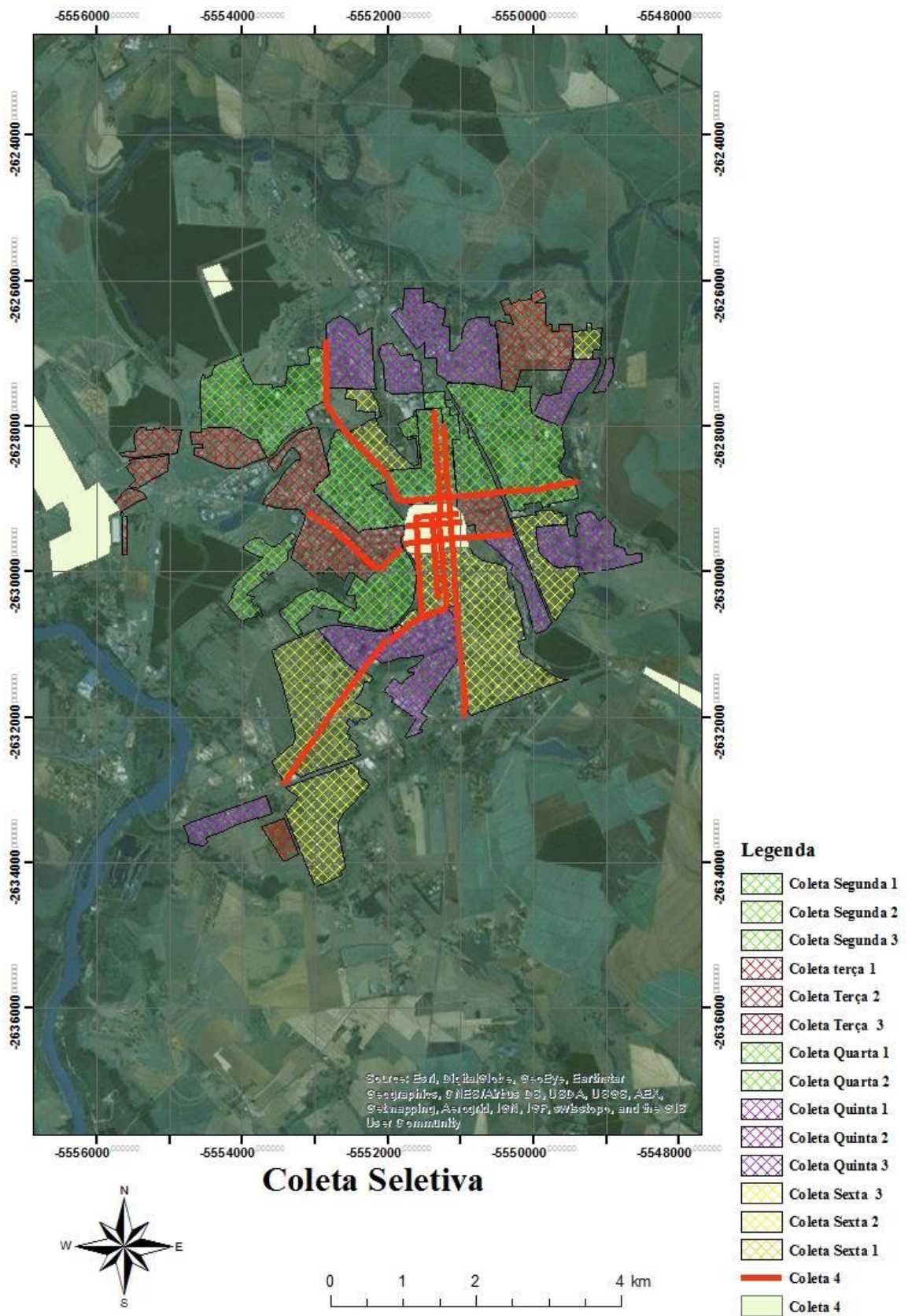
A articulação consolidada pela criação de um comitê regional entre os catadores e catadoras, é extremamente importante em questões de funcionalidade da malha da rede, seja ela de informação e/ou de comercialização das bases. Dentro do Comitê Oeste Paulista, existe a Secretaria Regional, cujo é responsável pela comunicação entre as bases dos catadores de determinada região, assim como a citação do boletim informativo do MNCR (2008) nos mostra:

O Comitê Oeste Paulista criou a Secretaria Regional, que é responsável pela comunicação entre os grupos de catadores do Oeste Paulista; articulação de Reuniões Regionais; realização de visitas aos grupos de catadores nas cidades do Oeste Paulista; recepcionar os grupos novos, os catadores que querem se organizar em associações ou cooperativas. Tudo isso com a finalidade de negociar Políticas Públicas nos municípios da região, para incluir os catadores nos investimentos para coleta seletiva. (MNCR, 2008)

Evidentemente é essencial o papel da Secretaria Regional dentro da instância do Comitê Oeste Paulista, pois mantém a comunicação entre bases existentes e bases que estão por se formar enquanto associação ou cooperativa, trazendo informações válidas e orientações para catadoras e catadores que não estão inseridos e formalizados enquanto grupo.

## **Capítulo II - Caracterizando as cooperativas e associações na região de Ourinhos-SP que fazem parte da Rede Solidária de Comercialização – CATARECICLA:**

O exemplo de cumprimento da lei nº 12.305/2010, no caso dos quatro municípios que fazem parte da Rede de comercialização CATARECICLA, apenas na cidade de Ourinhos foi negociado um contrato por serviço prestado entre a prefeitura e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ourinhos (Recicla-Ourinhos) na coleta seletiva da cidade, que segundo a própria cooperativa alcança 100% da malha urbana do município. Na figura 5 segue o mapa que mostra geograficamente a área de abrangência da coleta seletiva solidária feita pela cooperativa de catadores e catadoras do município de Ourinhos-SP, no principal da rede solidária de comercialização CATARECICLA.



Fonte: elaborado por Bruno F. Martelato

Figura 5: Mapa da abrangência da coleta seletiva do município de Ourinhos - SP

Na microrregião de Ourinhos-SP, composta por 15 municípios, o número de catadores e catadoras de materiais recicláveis, no ano de 2010, segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE – como mostra a figura 6 -, era superior a 493, em seis anos o número de catadores e catadoras aumentou consideravelmente, além do mais, com a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a abertura de editais e projetos do governo federal fizeram com que o contingente da classe trabalhadora crescesse significativamente.

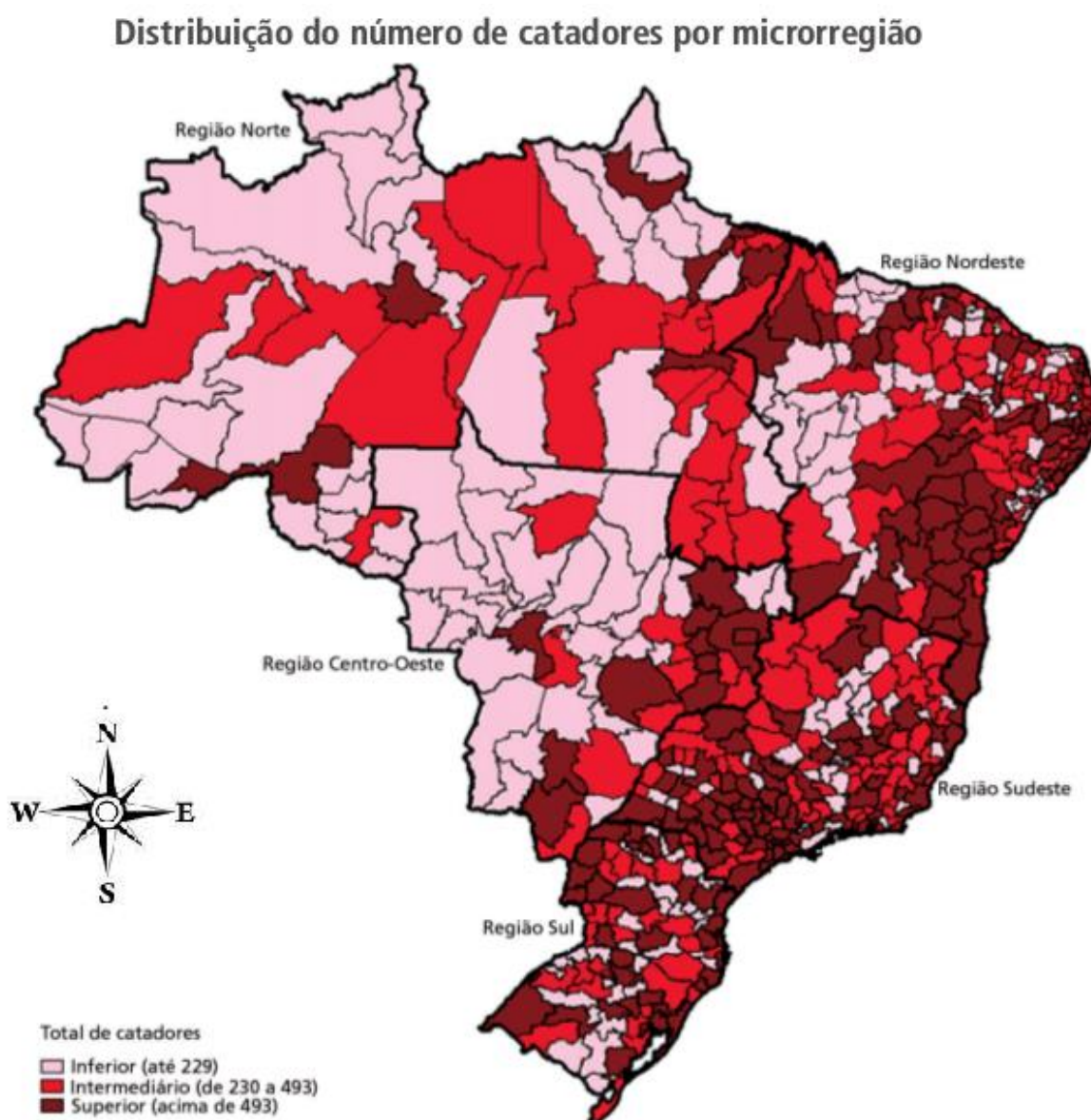


Figura 6: Distribuição de catadores por microrregião

Fonte: IPEA, 2013

A trajetória dos catadores e catadoras é marcada por muita luta. Diante de incansáveis embates políticos com as três esferas de gestão pública-municipal, estadual e federal-, manifestos contra práticas de gestão de resíduos sólidos perversas, que visam o lucro cem por cento, a precariedade e exploração do trabalho, bem como até a extinção da prática de catação - incineração-, esses trabalhadores e trabalhadoras buscam sempre se articular, profissionalizando, informatizando, fortalecendo, em âmbito jurídico-trabalhista, onde foram promulgadas leis de incentivo e visibilidade para essa classe trabalhadora - assunto que será tratado ao longo deste trabalho-, são elas; a Lei Federal do Saneamento Básico - Nº 11.445/07- e a Lei Nº 12.305/10, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que deram suporte mínimo para as bases -associações e cooperativas- de catadoras e catadores, ao ponto de conseguirem se organizarem, politizarem através de capacitações e formações políticas que o MNCR propõe, além da parceria que as Incubadoras de Cooperativas Populares (Incop ou ITCP) fazem com as cooperativas/associações, que é a coletividade e a união da classe, para que prossigam depois de diversas formações - juntamente com catadores e catadoras integrantes do MNCR-, a disseminação para se estruturarem e possivelmente formalizarem as *redes solidárias de comercialização*. No relatório do IPEA do ano de 2013 (na citação a seguir), alega a importância do fortalecimento no setor da reciclagem, das cooperativas e associações de catadoras e catadores a instalarem usinas e/ou espaços para a coleta, triagem, galpões para armazenagem de materiais recicláveis, bem como, infraestrutura básica para exercer a função trabalhista dos mesmos; refeitório, banheiros e escritório para a consolidação desses serviços.

Um dos principais instrumentos a serem levados em conta para o fortalecimento da reciclagem é a instalação, nos municípios brasileiros, de programas de coleta seletiva, envolvendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo gerado por famílias e empresas. Tais programas, além de possibilitarem uma maior eficiência para a reciclagem de materiais diversos, também reduzem os impactos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, uma vez que permitem a redução do volume a ser descartado e seu *redirecionamento para uma destinação mais adequada*. (Relatório de Situação Social das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizável, IPEA, p.14, 2013)

Como é afirmado na citação do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), uma das ações a serem fortalecidas para o funcionamento e consistência do setor da reciclagem, é a implementação por parte do setor público, a coleta seletiva nos municípios brasileiros. De fato, a coleta seletiva mencionada, pode ser de âmbito privatizado como de âmbito solidário autogestionado, que no caso seria as cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Logo, fortalecendo as bases das (os) catadoras (es) – cooperativas/associações -, com suporte jurídico, manifestação de alerta à população, formações profissionalizantes e apoio local de toda comunidade do município – campanhas escolares, setor da saúde pública, comércio, etc-, os benefícios voltarão para a população como um todo, melhorando as condições ambientais em escala local, aumentando e melhorando a renda e condições de vida dessas(es) trabalhadoras(es) e almejando um futuro próspero para as novas gerações.

O Funcionamento das redes solidárias de comercialização se inicia pela coleta de todos os resíduos passíveis de reciclagem, passando pela triagem (separação/classificação), acumulação de tipos certos de resíduos recicláveis, e prensagem dos materiais oriundos do consumo da população dos quatro municípios da microrregião de Ourinhos-SP, e posteriormente comercializado diretamente com indústrias recicladoras, o que acarreta um respaldo financeiro maior, além de obter mais autonomia em relação ao mercado dos recicláveis, e de aumentar a renda das catadoras e catadores. É nesse eixo temático em que o presente estudo focou registrar a emergência deste fenômeno social, enquanto organização e ação desses (as) atores sociais de intervenção local e regional, fenômeno esse *-Rede Solidária de Comercialização-* que vem surgindo em diversas regiões do Brasil desde então.

A figura 7 mostra a abrangência geográfica e a territorialização que tem a rede CATARECICLA, são aproximadamente 150 km do ponto A ao ponto D. No ponto A fica a Cooperativa de Catadoras (es) de Materiais Recicláveis de Ourinhos (CCMRO), no ponto B fica a Associação das (os) Catadoras (es) de Ipaussu (ACRIPA), ponto C fica a Associação de Catadoras (es) de Lixo Urbano de Piraju (ACLU), e por fim o ponto D reside a Associação de Coleta e Manuseio de Materiais Recicláveis de Paranapanema (AGUIA). Lembrando que a CCMRO que reside o ponto A, é o nó central da rede, onde é feito a concentração dos materiais para o fim da comercialização, pois é a única cooperativa formalizada da rede CATARECICLA, logo, mune de infraestrutura mais adequada para o funcionamento da rede de comercialização solidária.



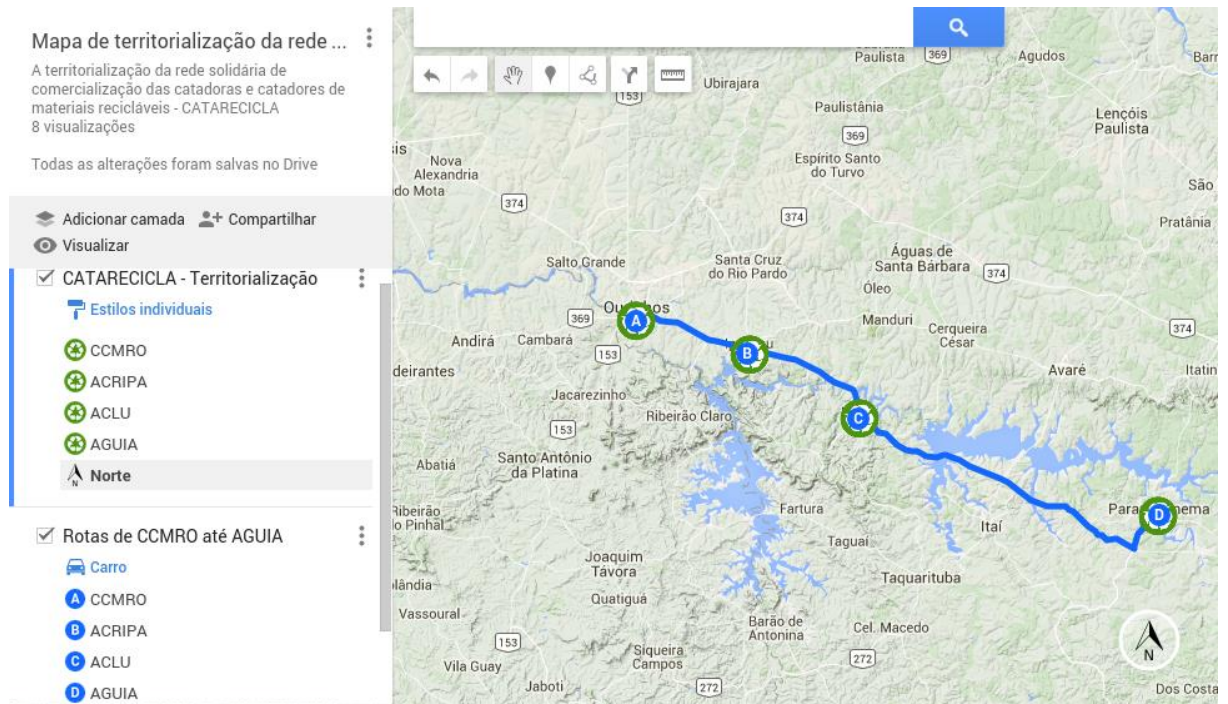


Figura 7: Mapa de territorialização da rede CATARECICLA

Fonte: Google Maps, elaborado pelo autor

### **Capítulo III - A importância do papel das (os) catadoras (es) na cadeia produtiva da reciclagem e o suporte jurídico das leis:**

O papel do (a) catador (a) na cadeia de valor produtiva da reciclagem é extremamente importante, pois, através das atividades dessas pessoas é que a cadeia tem seu funcionamento efetivo e conseqüentemente a organização dessas pessoas em associações/cooperativas fortalece ainda mais no aumento de sua renda e da produtividade, porém, são trabalhadores (as) culturalmente marginalizados (as) pela nossa sociedade, que não compreendem a atividade e a responsabilidade que aquele (a) catador (a) vem fazendo pelo próprio hábito consumista da mesma. A figura 8 ilustra o ciclo de vida dos resíduos passíveis de reciclagem na cadeia produtiva de valor como exemplo para ilustrar o que foi dito. A cadeia de valor produtiva de reciclagem sucintamente se inicia pelos grandes geradores, grandes indústrias pré-consumo, posteriormente chegando aos comércios e/ou mercados onde o consumidor tem acesso aos produtos desejados que utilize e descarta - sendo o ideal a separação entre resíduos secos (alumínio, plástico, papel, papelão) e resíduos úmidos (matéria orgânica), no domicílio de cada cidadão, mas adiante, entra a intervenção do (a) catador (a) e da coleta seletiva solidária, onde dependendo da especificidade do município, é feito porta-a-porta com carrinho de mão de casa em casa, ou PEV's (Pontos de Entrega Voluntária) onde os munícipes depositam o material reciclável voluntariamente, ou com o caminhão-gaiola da própria cooperativa e/ou associação de catadoras e catadores, que passa nas ruas recolhendo em frente das casas deixado pelos munícipes.

Após o término da coleta seletiva solidária, o material de origem seco (resíduos passíveis de reciclagem pelas catadoras e catadores) tem como destinação à usina de reciclagem, onde é feita a triagem, separação, classificação, prensagem, pesagem e estocagem por outra equipe de catadoras (es), cujo o material é contabilizado e comercializado para atravessadores ou direto com as (seta laranja contornada de cinza no diagrama) indústrias de beneficiamento do material, depois de todo esse processo o material retorna ao início do ciclo, para as indústrias de pré-consumo que irão reutilizar e colocar na cadeia produtiva para consumo novamente, evitando a fabricação desnecessária de novas embalagens e o uso indevido de matérias-primas.

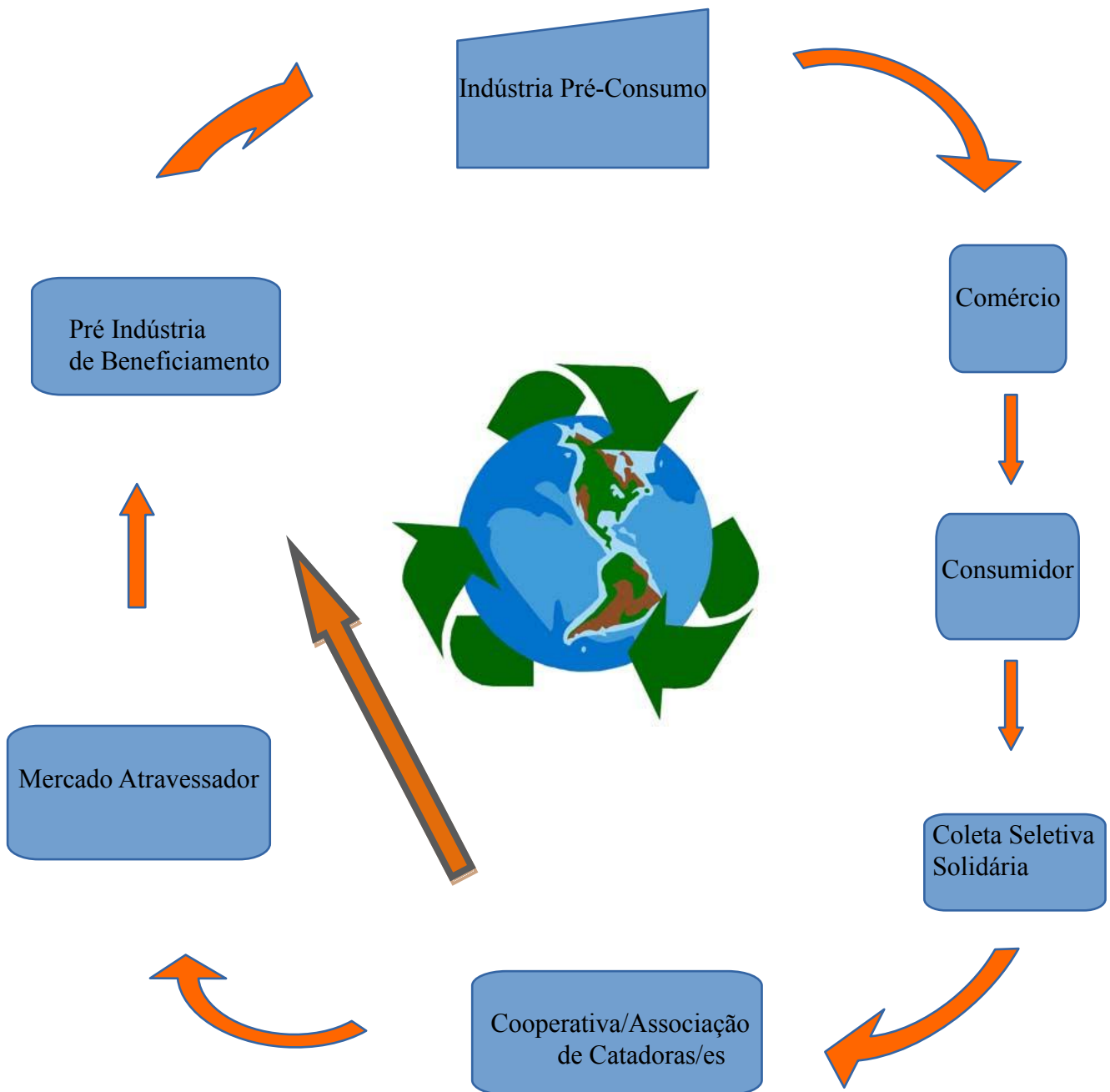


Figura 8: Dinâmica da cadeia produtiva da reciclagem  
Fonte: elaborado pelo autor

Porém, com a promulgação jurídica de leis de amparo ao setor da reciclagem, quando efetivadas e colocadas em prática, a parte da cadeia produtiva da reciclagem que entra em cena as cooperativas/associações de catadoras (es), ao invés de vender o material acumulado para os atravessadores – mercadores que comercializam os materiais recicláveis entre os catadores e as indústrias de beneficiamento de resíduos sólidos -, as (os) catadoras (es) conseguem juntar o suficiente para comercializar os materiais recicláveis acumulados, direto com as indústrias de beneficiamento, pelo fato jurídico que as leis e a PNRS vem amparando a classe dessas (es) trabalhadoras (es), mesmo ainda obtendo brechas nas leis onde pode favorecer os grandes interventores, como, empresas privadas e terceirizadas de transbordo de resíduos sólidos.

Segundo o relatório, *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA-* (2013, pg. 32):

À medida que os catadores foram alcançando maior grau de organização e articulação social, passaram a ter, enquanto categoria social, um maior respaldo para negociar com as diferentes instâncias de poder as questões inerentes a sua cidadania social e atividade profissional. Assim, o Estado brasileiro, em suas distintas esferas administrativas, tem instituído nos últimos anos uma série de atos normativos na forma de leis, regulamentos, decretos, portarias e normas sobre a gestão dos resíduos sólidos, muito em medida da pressão popular e de organizações sociais preocupadas com o meio ambiente e a saúde humana. Esses atos normativos, ao incidirem sobre todas as etapas que compõem o processo de gestão dos resíduos sólidos (desde a sua geração, até o seu descarte, acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, beneficiamento e disposição final), passam a regular o comportamento de todos os atores envolvidos, como o próprio poder público, as empresas, os consumidores e, evidentemente, os catadores.

Assim como o relatório do IPEA nos mostra, é de extrema importância a inserção das catadoras e catadores enquanto categoria social na dinâmica de gestão dos resíduos sólidos, mesmo por que é através dessas (es) trabalhadoras (es), que a dinâmica da cadeia produtiva da reciclagem funciona e mesmo sem o devido reconhecimento pela população, as (os) catadoras (es) sempre estiveram exercendo um trabalho digno de respeito e responsabilidade ambiental e social. Por isso é importante o fortalecimento da classe em graus elevados de organização e formação -política, econômica e técnica- apoiando e consolidando a autogestão enquanto instância maior do coletivo, que respeita a horizontalidade na gestão de suas cooperativas e associações.

Um exemplo de organização, superação, emponderamento, união, persistência e motivação é a indústria de beneficiamento de recicláveis instalada no município de Pinhas, no estado do Paraná há 8 km de distância de Curitiba, de mérito dos (as) próprios catadores (as). Segundo o site oficial do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), numa matéria datada em 06/04/2015;

A Rede Cata Paraná, que reúne 30 grupos e cooperativas de catadores e beneficia diretamente 600 catadores associados, começou a transformar as garrafas PET, comuns em embalagens de refrigerantes, em matéria-prima pronta para a indústria, produto conhecido com Flak.

A função da Rede Cata Paraná, vai além do seu estado, segundo o próprio site do MNCR e passa a articular-se – exercendo a função lógica dos movimentos em rede - com outras redes de cooperativas e associações do oeste do estado de São Paulo, bem como a rede Cata-Vida do município de Sorocaba;

A Rede Coopercop – parceria de cooperativas da região do Oeste Paulista –, que já existe há dois anos, realizou a primeira transação com o envio de carreta com 18 toneladas de PET para o Paraná. A negociação proporcionou ganho de 70% para as cooperativas de catadores do Oeste Paulista, já descontados os impostos e o custo de transporte. Outra rede de cooperativas do estado de São Paulo que já comercializa com a Rede Cata Paraná é a Rede Solidária Cata-Vida, da região de Sorocaba.

A figura 8 mostra a expedição do oeste paulista, da carga de PET em uma carreta e um caminhão trucado logo atrás, dando a dimensão da importância do fortalecimento interestadual e a articulação conjunta entre *redes solidárias* e associações/cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Essa estratégia de fortalecimento entre os próprios trabalhadores (as) permite um maior lucro, maior confiabilidade na comercialização, melhoramento da renda e acabam por si só escapando da exploração dos atravessadores e grandes indústrias de recicláveis. Segundo o site do MNCR, 2015;

A estratégia do MNCR de organização dos catadores em cooperativas e associações de primeiro nível e em redes de cooperativas de segundo nível permite fugir da exploração do mercado de recicláveis, proporcionando melhores preços e qualidade de vida para os catadores. No entanto, essa estratégia ainda esbarra em barreiras tributárias sérias por falta de uma legislação que diferencie empreendimentos que visam lucro daqueles que não têm fins lucrativos, como é o caso de empreendimentos da economia solidária.



Figura 9: Carreta e caminhão carregados de PET da rede Coopercop do oeste paulista com destino a rede CATA-VIDA do Paraná.

Fonte: Site do MNCR<sup>4</sup>

Para o Ministério do Meio Ambiente [201-?];

O fortalecimento da organização produtiva dos catadores em cooperativas e associações com base nos princípios da autogestão, da economia solidária e do acesso a oportunidades de trabalho decente representa, portanto, um passo fundamental para ampliar o leque de atuação desta categoria profissional na implementação da PNRS, em especial na cadeia produtiva da reciclagem, traduzindo-se em oportunidades de geração de renda e de negócios, dentre os quais, a comercialização em rede, a prestação de serviços, a logística reversa e a verticalização da produção.

<sup>4</sup> Disponível em <<http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/mnrc-avanca-comercializacao-solidaria-interestadual>> :acessado em março de 2016

Uma dessas conquistas de maior relevância para a classe trabalhadora das (os) catadoras (es), foi a normativa de reconhecimento da atividade profissional dos catadores e catadoras, como Portaria nº 397 do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), publicada no dia 9 de outubro de 2002, segundo IPEA (2013, pg 33). A lei 11.445 da Política Nacional de Saneamento Básico foi um avanço na temática da reciclagem e uma conquista para as catadoras e catadores de materiais recicláveis do ano 2000 a diante.

No dia 5 de janeiro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.445, que instituiu as diretrizes para a Política Nacional de Saneamento Básico. Essa lei também foi importante para a causa dos catadores. Seu Artigo 57 trata da dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores para o serviço de coleta seletiva pelo poder público municipal. (IPEA, 2013, p.34)

Com a promulgação da lei 11.445, fica a critério do município fazer um contrato de prestação de serviço com os (as) catadores (as) de materiais recicláveis, pelo trabalho da coleta seletiva do material produzido na cidade, sem precisar iniciar o processo de licitação objetivamente para catadoras e catadores de materiais recicláveis. Porém, a negociação com os gestores públicos para a implementação da coleta seletiva solidária, através do pagamento por contrato pelo serviço prestado é bem dificultosa. No ano de 2010, após vinte anos de tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que segundo (IPEA, 2013, p.35) foi:

Uma das principais inovações trazidas pela referida lei foi a introdução do conceito de “responsabilidade compartilhada” pelo ciclo de vida dos produtos, que determina a responsabilidade de todos os atores envolvidos no processo de fabricação, descarte e reciclagem de resíduos (fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores, catadores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos). Esse processo também é conhecido como “logística reversa”.

A “responsabilidade compartilhada”, mencionada na citação sobre a PNRS, nos deixa claro a distribuição da responsabilidade enquanto atores geradores de resíduos sólidos, pelo menos em âmbito jurídico.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi construído com base no processo de consulta pública e audiência pública regional e nacional, junto aos setores especializados, setor público e a sociedade, possuindo estreita relação com outros Planos como os Planos Nacionais de Mudanças do Clima (PNMC), Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável (PPCS) (BRASIL, 2012).

A base da elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos evidentemente construída por consulta pública, além da integração e diálogo entre planos nacionais que de forma lógica, precisa manter uma forma de organização integrada. A PNRS tem como papel propulsor ao incentivo, para a formação de cooperativas e associações composta por catadoras (es) de materiais recicláveis de baixa renda, no intuito de melhoramento na condição socioeconômica dessas pessoas. Os principais instrumentos da PNRS são; logística reversa (responsabilidade compartilhada), coleta seletiva solidária e o incentivo à formação/consolidação de cooperativas e associações catadoras e catadores de materiais recicláveis, através de financiamentos pela União e bem como, incentivos fiscais para estimular o setor da reciclagem, envolvendo necessariamente a participação de todas esferas políticas do estado brasileiro; governos federais, estaduais e municipais. No entanto, existe uma dificuldade enorme em pôr em prática essas diretrizes da PNRS, uma vez que trata de um campo permeado por muitas tensões, dificuldades, fragilidades e constrangimentos da parte da classe das catadoras e catadores.

Além desses empecilhos de integração por parte dos gestores públicos, um dos pontos mais controversos da Lei nº 12.305/2010, PNRS, é a determinação do fechamento dos lixões em todas as cidades do Brasil até o mês de setembro de 2014, o que não ocorreu de fato na realidade. Pois, existe uma grande porção da população socioeconomicamente vulnerável, de classe menos privilegiada, que ainda reside seu trabalho de catação nos lixões do país, mesmo depois da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Juntamente à carência de informação na parte de educação ambiental para a sociedade civil, no Brasil a questão da educação ambiental é tratada pela e para a sociedade, de forma superficial e simplificada, pois a consciência ambiental, sustentável de realizar a separação não é um costume posto à sociedade, não tornando uma prática efetiva, o que ajuda no entrave da reprodução da PNRS. Uma das falhas da implementação da PNRS no país é a pouca repercussão entre as escolas, universidades, indústrias, meios informacionais midiáticos, em levar à discussão a tona da problemática dos resíduos sólidos passíveis de reciclagem e os não



passíveis (resíduos perigosos e infectocontagiosos), para a comunidade brasileira. Não formando pensamento crítico nos cidadãos brasileiros.

## Capítulo IV - O conceito de *Rede*:

É necessário tratar sobre o conceito da palavra *Rede*, diante da discussão levantada e também, por ser um dos nós primordiais que consiste no trabalho. Nos tempos atuais o emprego da palavra *Rede* implica em diversas argumentações, muitas delas de forma confusa e contraditória - redes sociais, redes virtuais-, além de que, com o advento dos processos de desenvolvimento da humanidade no espaço geográfico, passamos de simples tribos, aldeias isoladas, em grupos interligados por culturas de trocas, tanto de alimentos como de técnicas rústicas, ou seja, o homem intervindo minimamente no espaço geográfico, sem conseguir modificar a natureza e dependendo totalmente da mesma. Ao ponto em que a humanidade aprendeu técnicas de cultivo, de domínio mínimo da natureza selvagem, da divisão social do trabalho, obtém-se maior dependência de alguns grupos e povoados de outros, nesse período a técnica prevalece, pois, o contingente populacional aumentou reciprocamente e surgindo uma demanda produtiva de alimento principalmente.

Logo, a noção de *rede* na vida do homem, aparece desde tempos em que uma tribo se articula com outra de cultura e costumes diferentes, expandindo o conhecimento do ser humano perante o mundo em que vive. Com a I Revolução Industrial, as técnicas são aprimoradas, surgem as grandes fábricas, o aço, as ferrovias, as quais redesenham o território, mesmo que desigual e injusto, mas modifica totalmente o espaço-tempo na sociedade. A complexidade em forma de *rede* aumenta com o passar dos séculos no nosso planeta, técnica e ciência revolucionam a sociedade, bombas nucleares, a corrida espacial, os veículos de tele informação, a internet, trazem à tona o conceito de globalização para a sociedade e as fronteiras do mundo se encurtando e o mesmo se planejando, entrando em vigor um regime do *globalitarismo*, corporações e transnacionais configurando e re-dividindo o espaço geográfico na sociedade, é a técnica e a ciência redesenhando o espaço em prol do sistema capitalista.

Para Santos (2002, p.263), as redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. Uma visão atualizada das redes conforme Santos (2002, p.263) envolve, o conhecimento da idade dos objetos e sua longevidade, e também, das relações que tais objetos mantêm com outros fora da área considerada de atuação da rede, bem como, a regulação e controle da mesma. Obtendo grosso modo, “três momentos” na vida e produção das redes – período pré-mecânico,

mecânico intermediário, e fase atual-, conforme Santos (2002, p.264) distingue:

[...]“1º período, há, de algum modo, “império” dos dados naturais; o engenho humano era limitado, às vezes subordinado, às contingências da natureza. Dentro dessas circunstâncias, as redes se formavam com um largo componente de espontaneidade. 2º período, cuja afirmação coincide com os albores da modernidade, as redes assumem o seu nome, mediante o caráter deliberado de sua criação. O exemplo de Colbert, ministro de Luís XIV, na França, é ilustrativo dessa vontade explícita de “corrigir” e “melhorar” o território, por intermédio das redes. O desenvolvimento das técnicas é uma nova etapa nesse segundo momento. 3º período, a chamada pós-modernidade, este período técnico-científico-informacional, marca um terceiro momento nessa evolução. Os suportes das redes encontram-se, agora, parcialmente no território, nas forças naturais dominadas pelo homem (o espectro eletromagnético) e parcialmente nas forças recentemente elaboradas pela inteligência e contidas nos objetos técnicos (por exemplo, o computador...).

Como citado, essa seria a trajetória das redes para Santos, desde, seu momento dominado pelas complexidades da natureza - pre mecânico-, onde a formação da interação entre povos ocorre de maneira espontânea; no segundo momento denominado - mecânico intermediário-, período em que o homem passa a demonstrar interesse em intervir no território de acordo com as vontades do rei; e no terceiro momento, onde a complexidade humana cresce de maneira orbitante, desenvolvendo tecnologias aprimoradas de articulação e comunicação, conhecido como período técnico-científico-informacional.

Dias (1995, pg.147), também faz sua contribuição referente às redes:

“as qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das redes de informação emergiram mediante a produção de novas complexidades no processo histórico. Muitas são as complexidades produzidas ao longo do século XX que redesenharam o mapa do mundo, dos países e das regiões. Processos de múltiplas ordens: de integração produtiva, integração de mercados, de integração financeira, de integração da informação.”

O papel da rede -de informação, transporte, comercialização- na sociedade vem sendo cada vez mais intrínseco, complexo, e a forma como o território se organiza é bastante influenciado pelas redes que redesenham o espaço através de determinados interesses do capital. Ao mesmo tempo em que a rede gera integração entre nós, ela também promove a desintegração e exclusão na superfície do planeta. As redes aparecem como instrumentos que viabilizam circular, comunicar, integrar, mas também excluir, ou seja, determinar a

organização e a formação sócio territorial do espaço geográfico. Segundo Santos (2004, p.270) “Através das redes, podemos reconhecer, grosso modo, três tipos ou níveis de solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são ao nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local”. A solidariedade entre esses três níveis que o autor Milton Santos classifica, nos apresenta a noção que a rede proporciona integração e desintegração concomitantemente, pois, “A existência das redes é inseparável da questão do poder” (SANTOS, 2004, p.270), e onde existe poder há competitividade e luta por interesses.

Diante desse panorama, evidencia a importância de organização em rede dos trabalhadores (as), catadoras (es), pois através desse meio de produção e comercialização é que as cooperativas/associações de catadoras (es) irão se fortalecer -politicamente e economicamente- no mercado dos recicláveis. Assim, “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção.” (SANTOS, 2004, p.275).

Essa maneira de inserção no mercado dos recicláveis faz as cooperativas/associações, se fortalecerem economicamente em meio às indústrias e corporações. Tornando um trabalho que se iniciou -e ainda existe pessoas nos lixões- em condições precárias e insalubres, essa forma atual de organização, mais consolidada em questões político-econômicas, torna-se mais justa em relação ao aumento de renda dessas (es) trabalhadoras (es).

## Conclusão

Nesse tempo um tanto conturbado para a realização deste trabalho de conclusão de curso, teve como proposta inicial realizar uma discussão na temática da gestão de resíduos sólidos, embasada nas formações recentes de rede e micro redes solidárias de comercialização. Obteve um levantamento bibliográfico em relação a importância das catadoras e catadores de materiais recicláveis enquanto seres humanos, bem como, agentes ativos e cruciais para o funcionamento da cadeia produtiva da reciclagem, além das políticas públicas surgidas com o tempo no Brasil e o embate político e a politização dos próprios catadores em manter as reivindicações para a melhoria das condições de seu trabalho e renda no setor dos resíduos sólidos o que nunca teve resultados a curto prazo, mas diante da persistência e força de vontade de mudança conseguem a longo prazo. Por isso é muito importante a forma de organização dos trabalhadores - no caso em específico o catador e a catadora-, a exemplo o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que fortalece muito os (as) catadores (as), já inseridos nesse âmbito de organização e auxilia os que estão por vim nessa luta que é de catador para catador.

Porém, o fato da existência de projetos como a Incubadora de Cooperativas Recicláveis (Incop- UNESP Ourinhos), faz com que os processos agilizam, mas sempre respeitando a identidade do catador e catadora, que devem marcar respaldo à frente de suas reivindicações e aprendizagens, ficando o projeto de extensão da UNESP Ourinhos, como a proposta de pesquisa ação, encarregado de auxiliar no que for preciso para as associações e cooperativas da região de Ourinhos-SP, bem como, fortalecer a cena através de formações políticas que trazem a reflexão sobre o dia a dia dos catadores, o sistema que está inserido e a cadeia produtiva da reciclagem.

A comercialização em conjunto das associações e cooperativas de catadores e catadoras, vem modificando o cenário no setor da reciclagem, diante do que era há 10 anos, para os dias atuais a visibilidade tardia, mas muito significativa das pessoas que exercem a catação de recicláveis, traz aspectos de mudança. Porém, a luta dos catadores e catadoras contra a exploração de grandes grupos de empresas multinacionais, contra novas tecnologias que excluem os catadores da cadeia produtiva da reciclagem, é constante. E enquanto a sociedade não parar para refletir que consumir algo, não é apenas comprar, utilizar e descartar, sem ao menos pensar que saindo os resíduos sólidos da sua “lixreira”, para onde e como vão parar na destinação final para reiniciar o processo da cadeia produtiva de reciclagem. Existem

peessoas, famílias que sobrevivem dos materiais recicláveis, e isso não é motivo de vergonha nenhum para eles e elas, pelo contrário, tem muita identidade e orgulho, e o resultado disso é a forma de organização e articulação que os catadores e catadoras estão atualmente, com infraestrutura e força de trabalho o suficiente para coletar 100% dos resíduos sólidos de um município de aproximadamente 108 mil habitantes como Ourinhos-SP.

## Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS\\_Revisao\\_Decreto\\_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657](http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657)>

BRASIL, **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, Lei nº 12,305 de 2 de Agosto de 2010.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. – 5ªed – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação; economia, sociedade e cultura vl**. - 6ªed – São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Ana M. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado)

DIAS, Leila C. **Redes: Emergência e organização**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. – 5ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2003. p.141-149.

MOREIRA, Marcela Stanko. **Gestão de resíduos sólidos recicláveis com a participação de catadores: o caso da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ourinhos.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Universidade Estadual Paulista – Julio de Mesquita Filho, Ourinhos, 2011.

MNCR. BOLETIM INFORMATIVO, COMITE OESTE PAULISTA, EDIÇÃO – II, setembro de 2008 há 09 de agosto. Disponível em: < [www.mnrc.org.br/biblioteca](http://www.mnrc.org.br/biblioteca)>. Acessado em: setembro de 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** – 4ªed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Sandro Pereira, GOES, Fernanda Lira, ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação Social das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizável – Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.**